

**PEQUENAS CIDADES NAS MICRORREGIÕES DE CURVELO E DIAMANTINA:  
um olhar aproximado sobre as dificuldades de cidades ameaçadas**

**SMALL CITIES IN THE MICROREGIONS OF CURVELO AND DIAMANTINA: an  
approximate look at the difficulties of threatened cities**

Gabriel Lopes Chaves de Melo<sup>1</sup>

**RESUMO**

Este artigo trata do esforço de compreensão da situação de pequenas cidades, com foco nas do Norte de Minas Gerais, no contexto da proposição da dissolução de municípios, em 2019, considerados como um fardo pela dependência de repasses de instâncias superiores da União para sua sobrevivência. No Brasil, é responsabilidade das Unidades da Federação- os estados – definirem as leis para a emancipação e constituição de novos municípios. Minas Gerais é o estado brasileiro com mais municípios. A sua região Norte é composta por muitos pequenos municípios em estado de estagnação econômica. Essa pesquisa foi desenvolvida com uma revisão teórica sobre a categorização e a situação de pequenos municípios, e visita de campo para dar solidez aos dados estudados em laboratório. Os municípios em questão são 7: cinco deles na microrregião de influência de Diamantina e 2 deles na microrregião de Curvelo. O problema da decadência e estagnação econômica das cidades pequenas é real, porém, fatos que vão desde a autonomia municipal perdida até a identidade da população ameaçada são problemas a serem enfrentados. A proposta de dissolução desses municípios a fim de aliviar as entidades superiores de repasses pode não ser a melhor opção para resolver a situação.

**Palavras-Chave:** Região de Influência. Pequenas cidades. PEC 188/2019.

**ABSTRACT**

This article deals with the effort to understand the situation of small cities, focusing on those in the North of Minas Gerais, in the context of the proposition of the dissolution of municipalities considered with a burden due to the dependence of transfers from higher instances of the Union for their survival. In Brazil, it is the responsibility of the Federation Units - the states - to define the laws for the emancipation and constitution of new municipalities. Minas Gerais is the Brazilian state with the most municipalities. Its Northern region is composed of many small municipalities in a state of economic stagnation. This research was developed with a theoretical review on the categorization and situation of small municipalities and field visit to give solidity to the data studied in the laboratory. The municipalities in question are 7: five of them in the microregion of influence of Diamantina and 2 of them in the microregion of Curvelo. The problem of the economic decay and stagnation of small towns is real, however, facts ranging from lost municipal autonomy to the identity of the threatened population are problems to be faced. The proposal to dissettle these municipalities in order to relieve the higher entities of transfers may not be the best option to resolve the situation.

**Keywords:** Region of Influence. Small Towns. PEC 188/2019.

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).  
E-mail: [gabrielchavesmelo@outlook.com](mailto:gabrielchavesmelo@outlook.com)

## INTRODUÇÃO

Este artigo trata do esforço de compreensão da dinâmica decadente de pequenas cidades, as quais têm a existência ameaçada por um projeto de lei – Proposta de Emenda à Constituição 188/2019 – que visa extinguir as cidades consideradas inviáveis em um movimento de enxugar os gastos da máquina pública. Para alcançar esse objetivo, foi lançado mão de uma revisão teórica e de visita de campo, com observação e conversas com moradores para compreender melhor a problemática da dependência econômica das pequenas cidades.

Desde as últimas décadas do século passado até o tempo presente, tem crescido e ganhado maior importância as cidades médias e, em menor magnitude, as pequenas. Esse fenômeno acontece concomitante ao da desaceleração do crescimento das grandes cidades, que, saturadas, veem sua população migrando para as médias e pequenas. Com tal ganho de importância, as cidades de maior porte acabaram por polarizar em torno de si as menores, não necessariamente contíguas, mesmo que as primeiras ainda participem da polarização das grandes metrópoles. Porém, mesmo com o crescimento dessas cidades, outras pequenas não tiveram o mesmo destino. Os municípios, a que essas cidades pertencem, não conseguem, nem pela produção rural nem pela urbana, arrecadação suficiente para se manterem independentes de repasses de instâncias superiores. Como tentativa de solução dessa conjuntura, foi proposto no senado um projeto de emenda à constituição que, entre outras coisas, coloca em xeque a condição de independência desses municípios.

A proposta desse trabalho é analisar a dinâmica de dependência das pequenas cidades, usando como exemplo pequenas cidades em municípios do Norte de Minas Gerais. O fato motivador do exercício foi a Proposta de Emenda Constitucional 188/2019 – chamada de PEC dos municípios – que, dentre outras propostas, tinha a da dissolução de pequenos municípios que não fossem “autossuficientes” segundo um determinado patamar de receita de acordo com a população habitante<sup>2</sup>, integrando estes aos municípios maiores contíguas, que excedem o patamar de receita. Outro impulso para a pesquisa veio de aspectos estudados sobre as características de pequenos municípios e as dinâmicas de influência - desde econômica até política - entre estes e os municípios maiores com capacidade polarizadora.

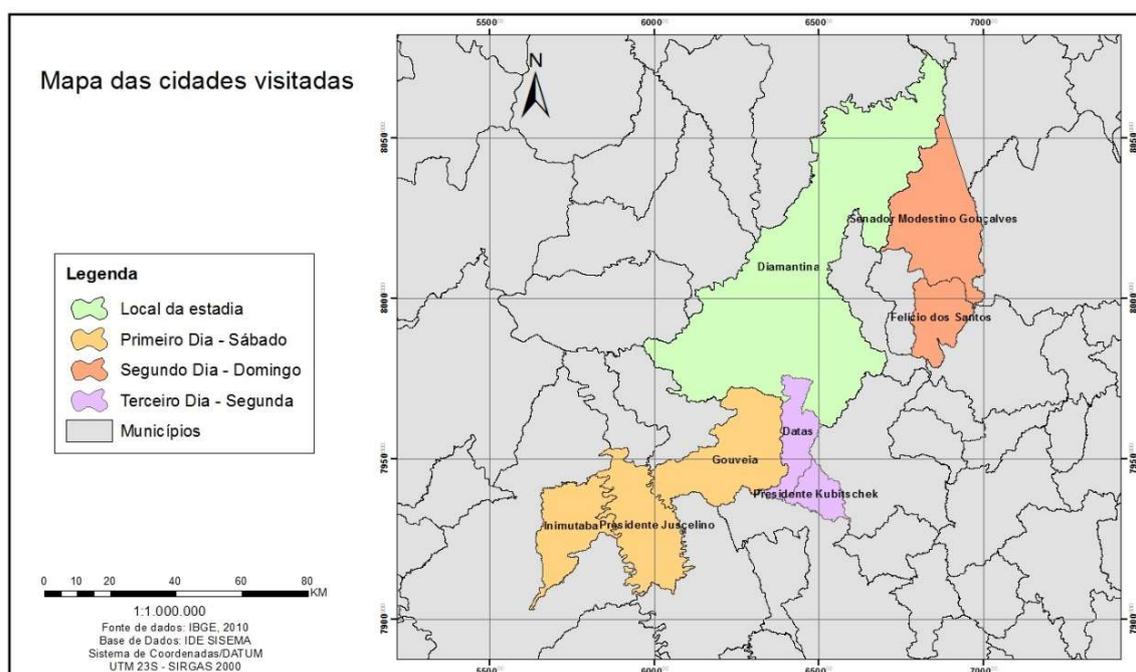
---

<sup>2</sup> Leia o texto da proposição no endereço: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/139704>

O trabalho foi realizado após leituras baseadas na produção de renomados autores sobre a dinâmica do espaço brasileiro, como se comportam as diferentes regiões e como isso afeta o panorama geral do Estado, até chegarmos, finalmente, ao panorama local dos pequenos municípios, com foco para os de Minas Gerais, Unidade Federativa composta pelo maior número de municípios, sendo que, a região norte de Minas Gerais, tem um número considerável de pequenas cidades notadamente pobres.

Foram visitados 7 municípios em três dias, os quais foram: Inimutaba, Presidente Juscelino, Gouveia, Senador Modestino Gonçalves, Felício dos Santos, Presidente Kubitschek e Datas, respectivamente (Mapa 1). Todos eles são resultados de desmembramentos, ora de Diamantina, ora de Curvelo.

O texto está organizado da seguinte estrutura: Metodologia, Revisão teórica, Relato das visitas, Discussão e Conclusão. A metodologia conterà a descrição dos passos para desenvolvimento da pesquisa, na revisão teórica serão observados os conceitos e noções relativos à temática urbana, dinâmica territorial e categorização da hierarquia de cidades no Brasil. Após, virá um relato das visitas de campo, que foram feitas para confirmar o que foi estudado por meio de livros e artigos e apurar dados coletados em fontes oficiais do Governo Federal. Na discussão virão as constatações e impressões junto a uma reflexão sobre o que encontramos no esforço de campo e os dados retirados da base de dados, à luz da teoria urbana selecionada. Na conclusão, será feita uma breve recapitulação e serão apresentadas nossas considerações finais sobre as condições das pequenas cidades



Mapa 1. Mapa das cidades visitadas. Autoria própria.

## METODOLOGIA

Usamos a classificação das pequenas cidades elaborada por Roberto Lobato Corrêa (2011) amparados, também, pela revisão de Marly Nogueira (2013). A regionalização utilizada, e que define as áreas de influência a que pertencem as cidades, foi do estudo REGIC (2007) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, que, apesar de construir a própria tipologia da hierarquia das cidades, leva em conta trabalhos anteriores de Corrêa. Textos como o de Diniz (2001), Brito e Pinho (2012), Geiger (2003), e de Santos (2002) também nos auxiliaram na revisão teórica e nas reflexões sobre os resultados das entrevistas.

O trabalho de campo é importante para verificar certos aspectos impossíveis de se ter contato em laboratório, além de constatar a correspondência com as categorizações, ainda mais quando já foram feitas há um certo período, como é o caso da REGIC 2007. Esse estudo, desenvolvido pelo– IBGE – constrói uma rede de relações de hierarquia, tanto econômicas quanto políticas, em que uma cidade tem capacidade de concentrar em torno de si a busca pela satisfação das e necessidades cotidianas da população de outras cidades, contíguas ou não. Um exemplo é a busca por mercadorias ou serviços em metrópoles como São Paulo ou Belo Horizonte.

Considerando que à época desse estudo<sup>3</sup> o REGIC de 2007 era a produção mais atualizada sobre as regiões de influência das cidades, preferimos ir a campo para averiguar, tendo em vista que foram 12 anos desde a realização do estudo. Como tratamos do impacto da proposta de emenda à constituição que iminentemente extinguiria pequenas cidades consideradas inviáveis e, um fardo para o estado, já que essas sobrevivem com os repasses para a prefeitura.

Para realizar essa pesquisa de campo selecionamos municípios nas microrregiões de Diamantina e Curvelo, que são resultado de desmembramento desses municípios maiores. A região do Norte de Minas Gerais é uma zona periférica decadente dentro do estado e, por isso, lá estão uma grande quantidade de cidades que correm o risco de deixarem de existir. As cidades escolhidas eram, também, as mais próximas ao nosso percurso de Belo Horizonte à Diamantina e o retorno de Diamantina a Belo Horizonte. Foram escolhidas as cidades que poderiam representar melhor a dinâmica de dependência das cidades maiores para suprimento de necessidades mais específicas da população e de repasses de instâncias superiores da União para evitar a falência.

Nos dias 09, 10 e 11 de novembro de 2019 – sábado à segunda-feira – foram visitadas as cidades, na ordem em que estão colocadas no texto. Como o intuito era captar a sensação dos moradores sobre a cidade, optamos por fazermos entrevistas não-estruturadas, nas quais

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 197).

Assim, abordamos os sujeitos nas cidades de forma aleatória, de acordo com os encontros e a disposição das pessoas para responderem as perguntas. Os tópicos comuns das entrevistas eram sobre a vida na cidade; onde a pessoa vai para ter acesso a serviços como de saúde, bancário e serviços do governo; e quando não encontra o que precisa, qual recurso ela utiliza para suprir a necessidade. Por fim, sempre pedíamos opiniões sobre a Proposta de Emenda à Constituição 188/2019 para entendermos como a população das cidades se sentia em relação à ameaça de extinção destas. Para complementar as informações estudadas e os

---

<sup>3</sup> Esse estudo foi feito no segundo semestre de 2019, portanto, ainda não estava disponível o REGIC de 2018, que foi publicado em 2020.

relatos obtidos com as conversas, utilizamos a Base de Dados do IBGE sobre as cidades no Brasil<sup>4</sup>, a fim de ampliar a nossa compreensão sobre a situação das referidas cidades.

Um adendo é necessário: cidade não é a mesma coisa que município, sendo a cidade o núcleo urbanizado do município. Apesar de haver essa diferença, nós preferimos tratar apenas da cidade porque é onde está concentrada a maior parte da população, indústria, comércio e serviços, é onde conseguiríamos conversar com mais pessoas e confirmar a categorização das cidades.

## REVISÃO TEÓRICA

No Brasil, desde tempos anteriores à constituição de 1988, é dever dos estados (Unidades da Federação - UF's) legislar quanto a criação de novos municípios. O estado de Minas Gerais é a UF com mais municípios de todo o país; são um total, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 853, dos quais 676 tem até 20 mil habitantes<sup>5</sup>. O município pode ser composto por zona rural e urbana; a cidade é o núcleo urbanizado do município.

Para Geiger (2003), de forma um pouco paradoxal, a modernização das cidades aumenta a fissura social e a fragmentação territorial. Segundo Brito e Pinho (2012), aconteceram, com a urbanização brasileira, mudanças na estrutura do espaço das cidades no Brasil. Cidades cresceram e, com a facilitação da criação de novos municípios, partes dessas manchas urbanas foram desmembradas em novos municípios, que se apoiavam em uma base econômica não muito sólida de uma indústria ou certa produção agrícola do que viria a ser sua zona rural.

A definição de pequena cidade no Brasil usada nesse texto é a de Corrêa (2011), que estabelece o patamar superior populacional para estas entre 20 e 30 mil habitantes, mas não se limita ao aspecto demográfico, já que esse não esgota o entendimento da condição de pequena cidade. Outros aspectos a serem levados em conta são o nível de urbanização, densidade da oferta de serviços – públicos ou privados – de educação, de saúde, de empregos, o número de empresas privadas e a capacidade de oferecimento de infraestrutura necessária para instalação de indústria, comércio, empresas de serviços; como energia elétrica, esgoto encanado e outros

---

<sup>4</sup> Ver: <https://cidades.ibge.gov.br/>

<sup>5</sup> *Idem.*

de saneamento básico, vias asfaltadas, dentre outros. Deve-se ter em mente que estes estão ligados principalmente à atividade agrária, numa confluência urbano-rural e as cidades teriam na área rural do próprio município, e não muito além disso, a sua hinterlândia<sup>6</sup>.

O padrão de consumidores do comércio dessas cidades, invariavelmente, tem grande participação de aposentados; pensionistas do INSS. Marly Nogueira, ao tratar o efeito da renda proveniente de benefícios do INSS no movimento da economia destas cidades diz:

[...] uma vez que os benefícios previdenciários representam a renda recebida diretamente pela população, como o fluxo de capital nessas cidades é pouco intenso, a renda proveniente dos benefícios torna-se importante para aumentar a dinâmica das economias das cidades em tela (NOGUEIRA, 2013, p.187).

Além disso, é comum que essas cidades experimentem um crescimento populacional negativo, dado ao fato da economia estagnada. Poucos atrativos, além de vários fatores que se tornam inconvenientes para a vida nessas cidades, afastam os mais jovens, migrantes e trabalhadores à procura de melhores condições de trabalho, lembrando Milton Santos quando escreve:

Os centros das cidades são mostra mais visível dessa vocação à mesmice, lembrada por Parkes & Thrift (1980, p. 132), já que não apenas se parecem arquitetonicamente, como, também, se assemelham por trabalhar a um ritmo induzido similar (SANTOS, 2002, p. 249).

Segundo Nogueira (2016), o que Corrêa (2011) define em sua tipologia como centros locais são verdadeiras cidades pequenas, já que sua área de influência - hinterlândia -, quando muito, apenas alcança municípios ainda menores, povoados ou vilas contíguas.

Os tipos ideais definidos por Corrêa (2011) para centros locais são: “Prósperos Lugares centrais”; “Pequenos Centros funcionalmente especializados”; “Subúrbios-dormitório”; “Núcleos dependentes de recursos externos”; “Reservatório de força de trabalho”. Estes tipos, respectivamente, caracterizam-se por serem:

1. centro local dotado de agricultura modernizada, alguma indústria e estão localizados, em sua maioria, na região Centro-Sul<sup>7</sup>;
2. um centro especializado em uma única atividade, que pode ser produção de têxteis, cultura de alface, cebola etc.;

---

<sup>6</sup> Conjunto de terras situadas no interior; regiões afastadas das áreas urbanas, ou, simplesmente, dos centros metropolitanos ou culturais mais importantes, interior.

<sup>7</sup> Sobre a região Centro-Sul, ver o livro de Pedro Geiger, 2003: As formas do território brasileiro.

3. Uma cidade que serve de base para trabalhadores que tem o seu local de trabalho situado em outro município e por isso, este centro tem sua economia baseada, principalmente, no comércio e está intimamente associada ao pleno desenvolvimento das atividades dos municípios circundantes;

4. Esse centro local seria de estagnação, por causa de uma produção rural agonizante e processo emigratório claramente percebido, além da falta de condição de estímulo ao desenvolvimento de atividades especializadas;

5. Composto de trabalhadores rurais desapropriados em um centro mais rural que urbano de política voltada para o trabalho no campo.

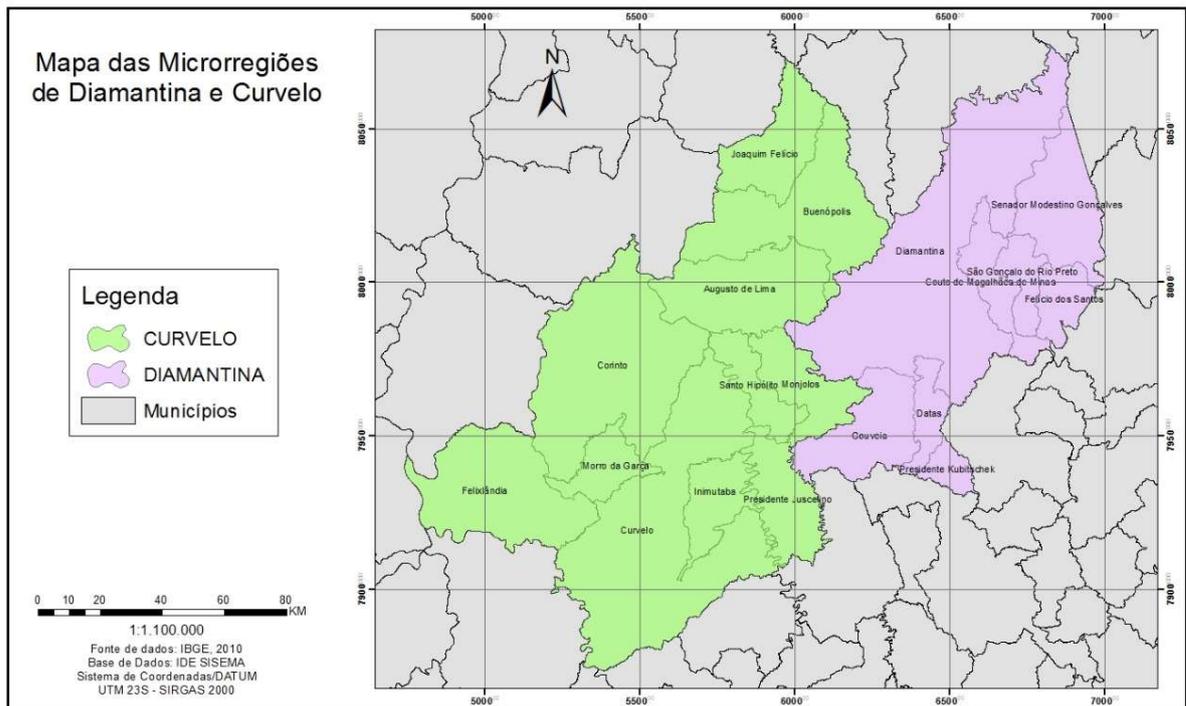
Os critérios de regionalização utilizados neste trabalho foram os mesmos do estudo *Regiões de influência das cidades - REGIC / 2007* do IBGE, que retomam estudos de 1972 e levam em consideração fluxos de natureza pública e privada para estabelecer centros de gestão do território, o que são:

Aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas. (IBGE *apud* CORRÊA, 2007, p. 131).

Desta maneira, as pequenas cidades visitadas fazem parte de municípios que sofrem influência política e econômica de outros, no caso desse trabalho Diamantina e Curvelo, dadas as características da esfera pública e privada que conferem centralidade a estas duas.

## DISCUSSÃO

As cidades visitadas estão nas microrregiões de influência de Diamantina e Curvelo, no estado de Minas Gerais (Mapa 2). As cidades de Presidente Juscelino e Inimutaba são as únicas pertencentes a microrregião de Curvelo, sendo que as outras cidades visitadas pertencem à microrregião de Diamantina.

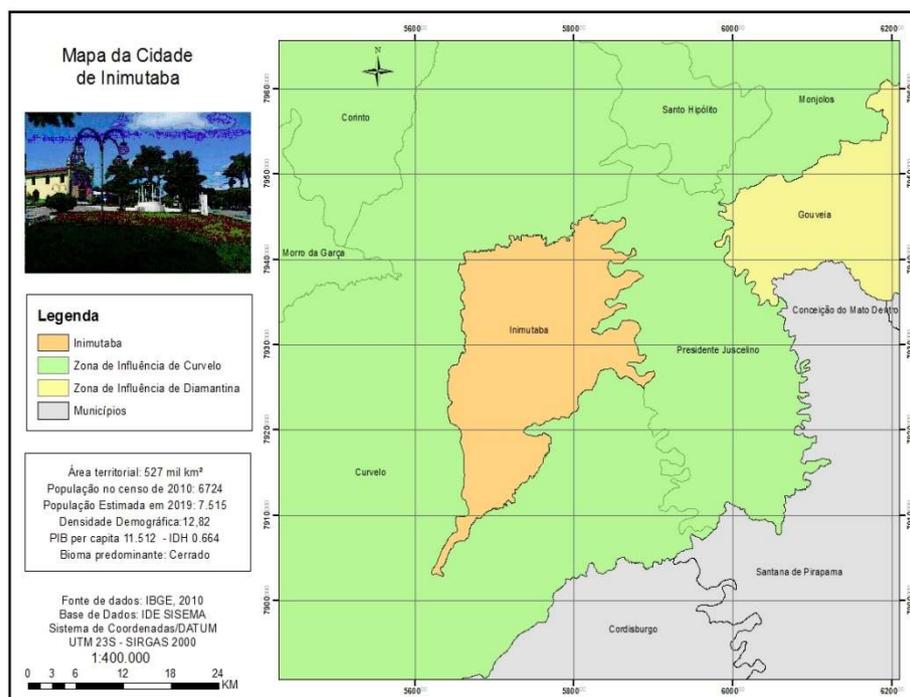


**Mapa 2.** Mapa das Microrregiões de **Diamantina** e Curvelo. Autoria própria.

Um fato que liga a maior parte dessas cidades é sua criação; com a exceção de Gouveia, que foi criada em 1953, todas as outras são resultados de desmembramentos feitos através da lei 2.764 de 30 de dezembro de 1962.

Parte considerável desses municípios, com exceção de Gouveia, têm, atualmente, menos de 5.000 habitantes. Sendo assim, podem estar em iminência de serem reincorporados ao município de origem.

Tendo em mente a tipologia utilizada no estudo e a região de influência a que pertencem as cidades a serem visitadas junto à teoria utilizada, foi feita a pesquisa de campo.



**Mapa 3.** Mapa da cidade de **Inimutaba**. Autoria própria.

Ex-distrito de Curvelo, o município de Inimutaba (Mapa 3) foi emancipado em 1962, por meio da lei estadual 2.764/1962<sup>8</sup>. Segundo O IBGE<sup>9</sup>, a população no censo de 2010 era de 6.724 pessoas e a expectativa era de crescimento para os próximos anos. A cidade faz parte da região de influência direta de Curvelo, e isso foi confirmado nas conversas com os habitantes da cidade, ao responderem que buscavam serviços especializados em Curvelo, além de compras de utensílios mais sofisticados e bens de alto valor, como carros e outros de menor valor, como celulares, eletrodomésticos, etc.

O que percebemos, à princípio, foi uma pequena cidade, com poucas pessoas nas ruas e algum comércio aberto. O local de parada foi em frente ao centro histórico da cidade, com todas as características das cidades interioranas, que normalmente são de construção mais antiga; uma pequena rodoviária; uma igreja católica de frente à praça; casas antigas com marcos feitos de dormentes envernizados ou pintados – normalmente de azul – e ruas estreitas. Uma feira de rua, em frente à fábrica da antiga Cedro Cachoeira, estava em seu fim, por isso não conseguimos entrevistas com feirantes ou visitantes.

<sup>8</sup> *Ibidem.*

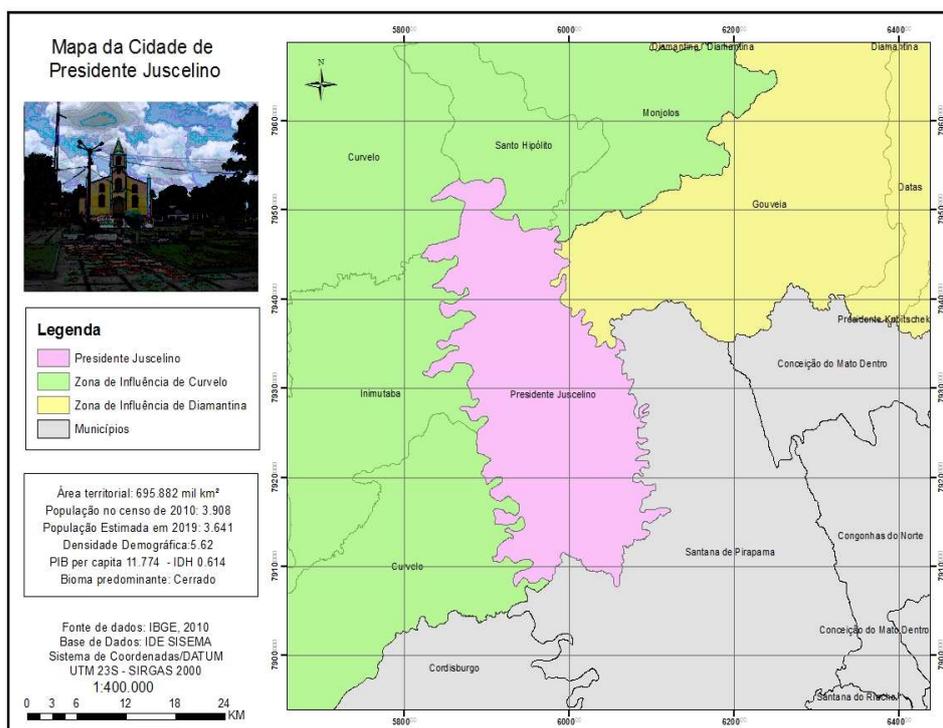
<sup>9</sup> *Ibidem.*

Inimutaba, na classificação proposta, é tipificada como Centro Local 4 - Centro dependente de recursos externos. O que conferia a autonomia econômica ao município era a presença da indústria têxtil Cedro Cacheira, que deixou o município em 1997.

Ao andar pela cidade, observamos uma zona de expansão com construções mais recentes, ruas mais largas, escolas e posto de saúde.

Foram entrevistadas cinco pessoas, entre comerciantes e transeuntes. O aspecto geral das entrevistas foi: o estado de certa decadência da cidade, desde o fechamento da fábrica da Cedro Cachoeira, até o abandono de agências bancárias e outros serviços. Outro aspecto geral da cidade é a composição do mercado consumidor, que é formado, em maioria – relato unânime –, por aposentados.

Como foi possível apreender das entrevistas, não há mais uma indústria ou empresa de porte suficiente para movimentar a economia do município, que tem a maior parte dos consumidores no comércio de aposentados, pensionistas do INSS.



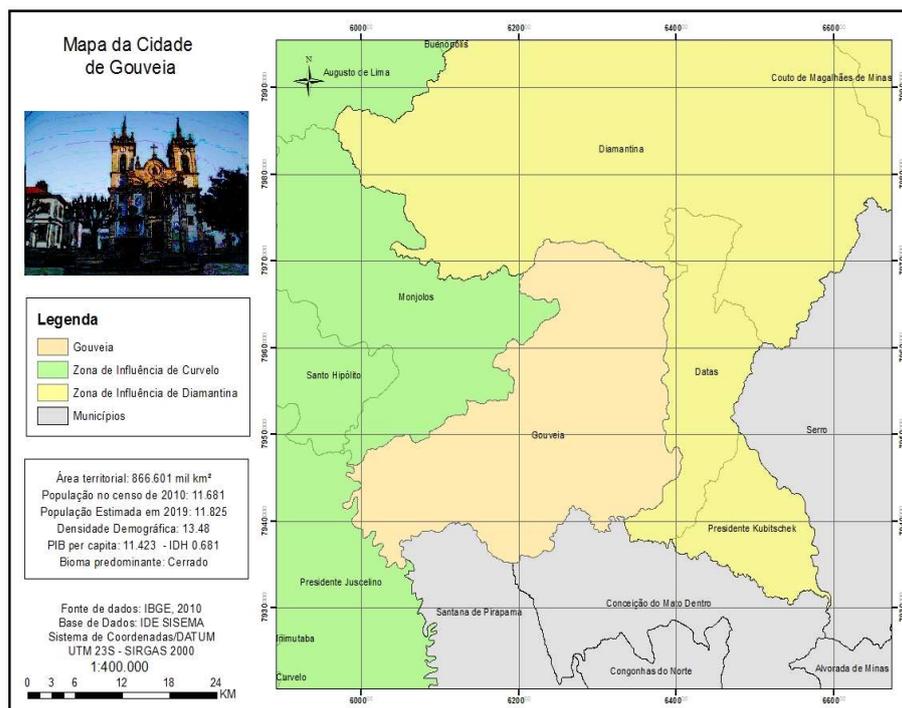
**Mapa 4.** Mapa da cidade de **Presidente Juscelino**. Autoria própria.

O padrão de cidades interioranas é visto novamente em Presidente Juscelino (Mapa 4), com igreja católica em frente à praça em uma espécie de centro histórico, ruas estreitas, casas

de construção antiga e marcos de dormente. Também da microrregião de Curvelo e desmembramento desta, porém, mais distante que Inimutaba. Foi também desmembrado de Curvelo, em 1962. Está às margens do rio Paraúna. Não conta com grande empresa privada, tem apenas correspondentes de bancos. Os habitantes de Presidente Juscelino vão a Curvelo para encontrar os bens de consumo mais caros e utilizar outros serviços mais especializados, como em hospitais, concessionárias de automóveis, eletrônicos e eletrodomésticos. Repetindo o padrão, os consumidores são, normalmente, aposentados. No município há escolas de ensino básico. Presidente Juscelino se encaixa na categoria 5: Reservatório de força de trabalho. Segundo o IBGE, a população no censo de 2010 era de 3.908 pessoas e a expectativa era de decréscimo para os próximos anos.

O município tem como monumento tombado as ruínas da ponte sobre o rio Paraúna. Passatempo comum entre os habitantes é o de se banhar no rio, embora muitos reclamem por ser “o único passatempo”. No momento da visita, avistamos também pessoas lavando roupas na água do rio e em alguns locais do rio o que parecia ser o descarte de esgoto.

Presidente Juscelino é uma, entre as cidades que está inserida na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos municípios, que prevê a absorção das cidades que tem menos de 5 mil habitantes e a arrecadação própria seja inferior a 10% do total da receita. Perguntado aos moradores sobre essa proposta, a resposta foi, por unanimidade, negativa, pois os moradores acreditam que o que se produzir na cidade não dará retorno, além disso, as prefeituras ficando mais longe das atuais cidades, os pedidos da população ficariam prejudicados, partindo do ponto de vista da população local.



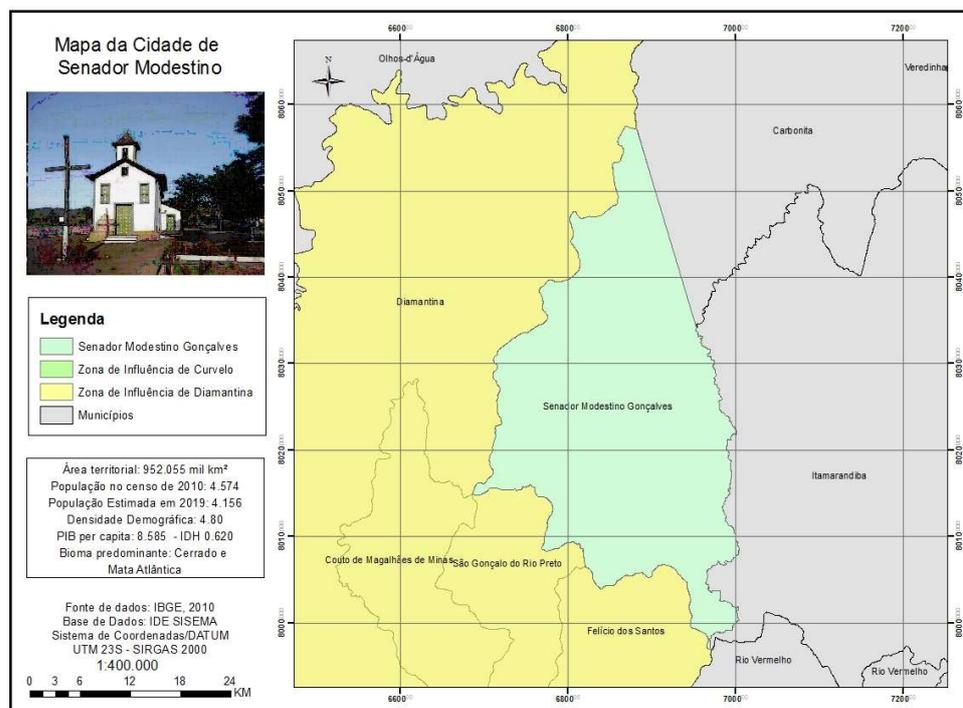
**Mapa 5.** Mapa da cidade de **Gouveia**. Autoria própria.

Emancipada em 1953 pela lei 1.039/1953<sup>10</sup>, é de longe a cidade mais desenvolvida visitada no primeiro dia, com um maior número de moradores e um comércio mais ativo. Contudo, integrada à zona de influência de outra cidade maior, neste caso, pertencente à zona de influência e Diamantina – o município é resultado do desmembramento do último. Foi observado que é uma cidade que não é dependente de recursos externos – diferente das outras cidades que observamos ao longo do primeiro dia; além disso, a população consegue satisfazer grande parte das necessidades sem ir à Diamantina. Gouveia (Mapa 5) de acordo com a classificação utilizada, é um Centro Local 2 - Pequenos centros funcionalmente especializados. Segundo o IBGE, a população no censo de 2010 era de 11.681 pessoas e a expectativa era de acréscimo para os próximos anos.

Gouveia tem uma produção de têxteis com um foco em estamparia, e isso é um diferencial da cidade, que através dessa industrialização especializada tem o seu poder econômico garantido. Isso ajuda no desenvolvimento da cidade, pois essa industrialização gera empregos e auxilia no crescimento do PIB.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

Um fato interessante sobre essa cidade é que ela não seria incorporada por outra cidade no âmbito da PEC 188/2019, mas incorporaria cidades menores ao seu entorno. Perguntado isso para os moradores, eles mostraram rejeição à essa proposta, pois alegavam que a cidade não conseguiria manter tal nível de desenvolvimento se tivesse que deslocar recursos para ajudar as cidades que serão incorporadas.



**Mapa 6.** Mapa da cidade de **Senador Modestino Gonçalves**. Autoria própria.

Senador Modestino (Mapa 6), emancipada em 1962, está na zona de influência e é desmembramento de Diamantina. Segundo o IBGE, a população no censo de 2010 era de 4.574 pessoas e a expectativa era de decréscimo para os próximos anos. Essa queda na população pode ser relacionada com a saída do banco Itaú da cidade, como relatam os moradores.

Uma cidadã mostra que após a saída do banco Itaú, que era o responsável por movimentar e reabastecer (quando preciso) o dinheiro em espécie da cidade, o município perdeu a grande importância que ele tinha, pois com a presença do banco, moradores de cidades vizinhas faziam movimentações financeiras, o que era benéfico para a cidade. Ela afirma que com a chegada de um novo prefeito e a falta de acordo com a agência, por não querer ceder aos benefícios que o banco solicitava, como: isenção de aluguel, pagamento de funcionários do banco e entre outros, a agência resolveu deixar a cidade. A moradora ainda

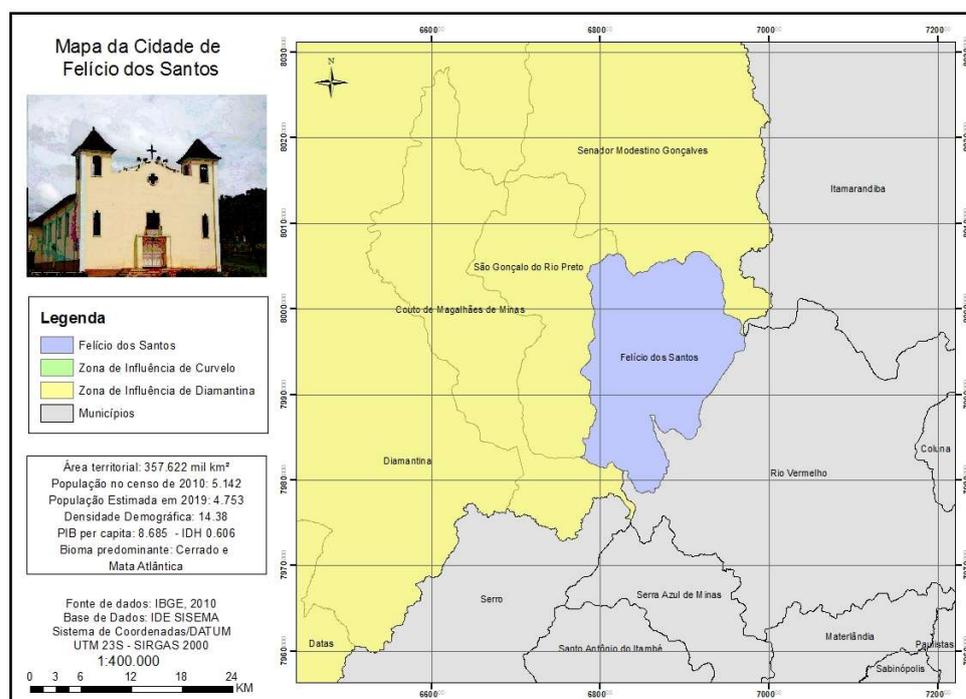
alega que a população não sabia o impacto que o banco tinha na cidade, pois “se eles soubessem tinham solicitado ao prefeito para que fizesse tais acordos que facilitariam a permanência do banco”.

Um dos artifícios utilizado pela moradora, que faz agora parte do papel do banco, é conceder boletos e o dinheiro do pagamento para amigos, a fim de quando eles forem pagar as contas no banco, consigam retirar o próprio dinheiro após o pagamento do boleto. Esse improviso é necessário porque na maioria das vezes que os moradores vão em agências das cidades vizinhas não encontram dinheiro em espécie.

Uma das formas de sustentação dessa cidade é a atividade minerária, pois ela ainda gera alguns empregos para moradores locais. As pessoas de Senador Modestino contam com um ônibus da empresa para se deslocar até o local das atividades, e essa atividade ainda ajuda a economia da cidade, de acordo com a população.

Os modestinenses sentem falta de um mercado mais ativo, maternidade, serviços especializados entre outros. Pois, até quando gestantes estão prestes a conceber, têm de ir para Diamantina, porque é o local mais próximo onde tem infraestrutura para receber essas pessoas.

Senador Modestino Gonçalves se encaixa na categoria 4: Núcleos dependentes de recursos externos.



Mapa 7. Mapa da cidade de Felício dos Santos. Autoria própria.

Chegamos na cidade de Felício dos Santos (Mapa 7) por volta das 12:00hrs de domingo, percebemos a presença de poucas pessoas na praça central da cidade, onde se encontrava a igreja, novamente mais um modelo típico de cidades interioranas. Procuramos alguns moradores para saber mais sobre a cidade no ponto de vista de bancos, comércios, correios, serviços de saúde etc.

Notamos que nessa cidade há algumas agências bancárias e casa lotérica também. Isso facilita para a população no ponto de vista da movimentação econômica e comodidade, pois moradores não tem que se deslocar até cidades vizinhas com a finalidade de receber dinheiro ou pagamento de contas. Entretanto, quando é necessário um serviço com maior especialização, como serviços odontológicos, compra de automóveis ou eletrodomésticos etc., os moradores optam por ir até Diamantina ou fazer buscas pela internet, pois mesmo encontrando algumas dessas coisas na cidade, sempre é com um valor superior ao que encontram pelos outros meios, mesmo assim, os relatos ainda demonstram a maior importância das compras em Diamantina.

Na questão da saúde, a cidade conta com um centro de saúde para a população local, mas nenhum serviço com grande nível de especialização. Quando os moradores precisam deste tipo de serviço precisam ir buscar no centro especializado mais próximo, que também é a cidade central da zona de influência da cidade, o centro de Diamantina. A cidade de Felício dos Santos também não é equipada com uma maternidade, sendo necessário o deslocamento das gestantes para Diamantina quando se aproxima o momento do parto, alguns moradores chegam a brincar que a maior parte nasce “pelo meio do caminho”.

Perguntados sobre a PEC dos municípios, uma resposta foi incomum: um morador acreditava que seria algo positivo, pois ele acredita na reaproximação das populações da cidade por causa dessa proposta. Ele afirma: “Às vezes ficamos muito sozinhos, e acredito que com essa junção teremos mais contato com o pessoal de Diamantina”

Quanto às distrações e formas de lazer, os habitantes falam que a cidade promove forró e rodeios na região, sendo uma forma de lazer para os feliz-santenses.



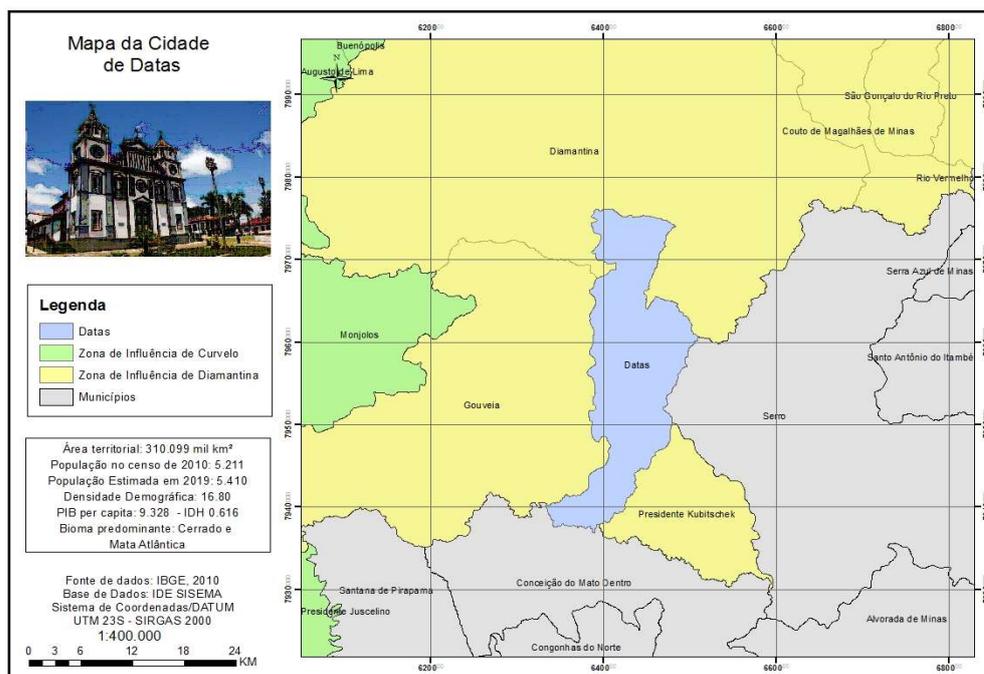
No que diz respeito aos serviços de saúde, a cidade é equipada com um pronto socorro do SUS, mas sem nenhuma maternidade, como observamos em outras cidades do mesmo porte, obrigando os moradores a procurarem serviços especializados ou serviços de maternidades em centros desenvolvidos mais próximo, que no caso, era novamente Diamantina.

Alguns moradores de cidades vizinhas aproveitam o ônibus escolar para chegar à cidade. Os ônibus passam em comunidades rurais próximas para ajudar no deslocamento dos alunos para a escola. Aproveitando, os pais e conhecidos utilizam desse transporte para ir à cidade de Presidente Kubitschek para fazer compras ou visitar parentes.

A cidade possui várias pessoas que trabalham em municípios vizinhos, fazendo movimentos pendulares entre a cidade de Pompéu e a cidade de Conceição do Mato Dentro. Essas pessoas que praticam esse movimento, normalmente, vão com o carro próprio. Outra fonte de emprego na cidade é a prefeitura, responsável por empregar boa parte da população, de acordo com os cidadãos locais.

Quando observamos essas respostas, perguntamos novamente sobre a “PEC dos municípios”, e os moradores a viram como uma proposta ruim para a cidade, pois a prefeitura é uma fonte de emprego para os moradores. Assim, eles acreditam que, se acabar a prefeitura, muitos moradores ficariam prejudicados

Presidente Kubitschek também é resultado de desmembramento de Diamantina, no ano de 1962. Se encaixa na categoria 4: Núcleos dependentes de recursos externos.



**Mapa 9.** Mapa da cidade de **Datas**. Autoria própria.

Datas (Mapa 9) – Também desmembramento de Diamantina em 1962 – era a última cidade a ser visitada. Chegando ao município é possível ver o mural da transparência, o que particularmente, não se vê em nenhuma das outras cidades.

De acordo com um dos moradores “Datas é limitada em tudo”, seja em comércio especializado, centros de saúde, lazer ou serviços prestados.

O vendedor de uma loja de eletrônico foi entrevistado e alegou que a inconstância da rede elétrica da cidade é responsável por várias perdas de equipamento em toda a cidade. Ele diz que apesar de reclamações constantes com o prefeito o problema nunca é solucionado. No ponto de vista do lazer, alegou que “é fraquíssimo, só existe “um campinho de futebol” e, mesmo assim, “quando chove é inviável jogar bola no local”. Dessa forma, percebemos que é uma cidade que enfrenta as mesmas dificuldades quando comparada às cidades do mesmo porte, como a maioria das que visitamos.

Datas se encaixa na categoria 4: Núcleos dependentes de recursos externos. A população de Datas em 2010 era de 5.211 pessoas e tem estimativa de pequeno crescimento.

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os habitantes, segundo relatos em campo, em muitas vezes, para utilizarem de certo serviço bancário, por exemplo, são obrigados a se deslocar até os centros, a muitos quilômetros de distância, o que seria impraticável para habitantes de metrópoles como a de Belo Horizonte. Há alguma presença de infraestruturas do Estado, como postos de saúde, escolas públicas de Ensino Básico, Estrutura administrativa municipal, centros de referência de assistência social.

Com relação ao capital privado, há tendência à fraca presença, com 5 dos 7 municípios (Inimutaba, Felício dos Santos, Senador Modestino Gonçalves, Datas e Presidente Kubitschek) figurando entre os centros de categoria “dependentes de recursos externos”, um (Presidente Juscelino) na categoria “reservatório de força de trabalho” e um (Gouveia) na categoria “centro especializado”. Apenas Gouveia, que tem indústria especializada em têxteis está em uma categoria que é caracterizada por uma presença mais importante de capital privado, estando todas as outras mais dependentes de repasses de instâncias superiores da União, como o do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Fator importante neste panorama a ser levado em conta é o do emprego na administração pública, que de certa forma sustenta a economia da cidade, dado que resposta comum dos entrevistados era a do “emprego na prefeitura”. Se o INSS tem notável importância para o movimento da economia nestas cidades, também o tem a administração municipal, que emprega e garante o sustento de parcela razoável da população. Essas cidades – e um ótimo exemplo disso é Inimutaba com a antiga fábrica de têxteis Cedro Cachoeira – não suportaram a autonomia adquirida e entraram em declínio. Hoje se encontram em meio a impasses sobre como resolver sua situação de declínio.

Quanto à procura de serviços e bens mais específicos, os habitantes vão às cidades centrais dos estados de Minas Gerais e São Paulo, quando fora das microrregiões de Curvelo e Diamantina: a Belo Horizonte, e em raras vezes, segundo os moradores, a São Paulo. Outra resposta comum foi o uso de internet – para compras em *sites* brasileiros, mas também estrangeiros – tanto para entrar em contato e fazer pedido de remessas para compor o estoque, quanto para consumo corriqueiro. A possibilidade de compras pela internet acaba sendo, então, um aspecto que, apesar de não movimentar a economia das cidades, além de preencher parte da lacuna deixada pela falta de oferecimento de tais mercadorias em lojas físicas,

contribui para o aparecimento de alguns serviços especializados, como oficinas mecânicas ou lojas de acessórios e manutenção de eletrônicos.

No que se refere à demografia das cidades, depois de analisados os outros aspectos, fica evidente a pista dada sobre o status das cidades, que, quando não têm decréscimo estimado pelo IBGE (2019) tem acréscimo ínfimo. Comum é um jovem migrar para estudar, estabelecer-se e não voltar mais. Isso justifica a colocação de Gouveia na categoria 2 da classificação utilizada, pois é uma cidade especializada e com grandes indústrias têxteis, o que faz com que a migração para esse tipo de cidade seja mais forte, enquanto as outras cidades estão enquadradas na categoria 4 da classificação utilizada, que significa que precisam de auxílios externos para se manterem. Entretanto, a cidade que não se encaixa na categoria 4 presente na categoria 5, é a cidade de Presidente Juscelino. Nessa categoria estão alocadas as que tem sua economia baseada na concentração de trabalhos agrícolas.

Como foi notado, características físicas dessas cidades, com centros compostos por uma igreja católica frente à uma praça, construções antigas e uma zona de expansão com construções mais novas, mostra um certo padrão. A carência em tipos semelhantes de serviços, decréscimo populacional, população consumidora composta por grande parte de pensionistas do INSS e a evidente dificuldade na atração de capital privado, contribuem para esse cenário de decadência desses municípios, que não são autossuficientes e dependem das cidades maiores, próximas, para suprir necessidades da sua população. Como aponta Santos (2002), para a implantação do sistema técnico da produção atual, é necessário grande investimento de infraestrutura, vindo, principalmente, do Estado. Sendo assim, a solução para o problema das pequenas cidades se distancia mais no horizonte e demanda maior esforço dos agentes envolvidos, já que estas se tornaram “espaços opacos e zonas de rarefação” (SANTOS, 2001) e tendem a se manter estagnadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse trabalho foi proposta a discussão de questões sobre a decadência das pequenas cidades e seus municípios, dependentes de repasses de instâncias superiores da União para sua sobrevivência. Foi confirmada a dinâmica decadente desses centros locais.

A revisão teórica contribuiu para compreendermos a situação dessas cidades, que se encontram em meio a um embate, no qual uma das saídas é a sua extinção. Foi fundamental

ir a campo, pois, o trabalho de campo, dá solidez ao conhecimento adquirido por meio de leituras, aulas, palestras etc. Em campo se pode observar o que foi estudado e fazer os ajustes necessários para que a teoria acompanhasse a dimensão real, concreta das coisas.

O panorama estudado por meio de leituras sobre as cidades visitadas foi confirmado. Uma tendência observada foi a de dependência dessas cidades dos centros (Diamantina e Curvelo) em vários aspectos, principalmente o consumo de bens duráveis e a procura por serviços mais especializados, privados ou públicos. Pela dinâmica econômica, certas atividades não conseguem se manter nessas cidades pequenas.

Mesmo nessa situação de decadência e estagnação, do lugar, que é formada “pelos sujeitos do lugar”, as pessoas não parecem se animarem com a ideia de dissolução dos municípios, já que a identidade deles está relacionada com estes e eles já estão organizados em comunidade, mesmo que as cidades não sejam capazes de se sustentar sem repasses. Isso pode ser compreendido nas palavras de Cassio Hissa e Adriana Melo: “Lugares e cidades são feitos de nomes, de significados, fabricados pela história dos homens” (HISSA & MELO, 2004 [2005], p. 5). Como foi possível notar, apesar de não ser unanimidade, a população não é favorável a dissolver a identidade dessas cidades e nem a autonomia de governo municipal.

Ainda, não é certo se a extinção e reintegração aos municípios de origem seria uma boa opção, já que essas cidades continuariam sendo áreas decadentes, apenas diferindo que não seriam uma municipalidade e, portanto, grande parte dos recursos que mantém o município poderia ser perdida. Junto a isso, seria enfraquecida a comunidade gerada pela municipalidade e tomada de decisão dentro do município, além da identidade da cidade enquanto ente federativo autônomo dotado de povo e história própria que tenderia a ser esquecida.

## REFEÊNCIAS

BRITO, Fausto Alves de; PINHO, Breno Aloísio. T. Duarte de. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940 - 2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP Espaço E Tempo**, 2011, p. 5 - 12.

CORRÊA, Roberto Lobato. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 1, 1995, p. 83-102.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR. 2001.

GEIGER, Pedro Pinchas. **As formas do espaço brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

IBGE, Coordenação de Geografia (ed.). **Regiões de influência das cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

HISSA, Cássio Eduardo Viana; MELO, Adriana Ferreira de. O lugar e a cidade no mundo contemporâneo. **Maestria**. Sete Lagoas, n. 2 .2005, p. 25 - 40.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NOGUEIRA, Marly. As pequenas cidades de Minas Gerais: Uma tipologia. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá**, v. 8, n. 2, 2019, p. 38 - 57.

NOGUEIRA, Marly. Impactos socioeconômicos dos benefícios previdenciários em pequenas cidades do Estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.º 4 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, 2013, p. 177-196.

PARKES, Don; THRIFT, Nigel. *Time, Spaces and Places: Chronogeographic Perspective, Cheichester/N*. In.: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedades no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.